



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

20 de janeiro de 2017



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado Maior</i>
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>20/01/2017</i>	Página <i>03</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Roberto Costa pede intervenção do Ministério Público em Bacabal

Deputado apontou risco de que servidores públicos fiquem sem receber salários este mês, uma vez que não há a figura do prefeito no município

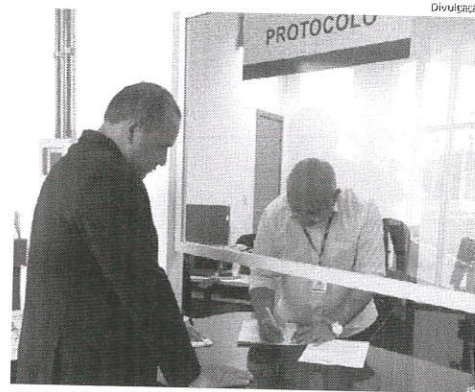
RONALDO ROCHA
Da editoria de Política

O deputado estadual e ex-candidato a prefeito de Bacabal, Roberto Costa (PMDB), solicitou intervenção do Ministério Público Estadual no município. O pedido foi formulado durante uma audiência junto ao procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho.

Ao pedir a intervenção do MP, Costa sustentou a necessidade de que seja restabelecida a ordem político-administrativa na cidade. O objetivo, segundo o parlamentar, é de que seja garantido o funcionamento de serviços essenciais, sobretudo nas áreas de Saúde e Educação.

Diplomado pela Justiça Eleitoral, Zé Vieira (PP), que concorreu à eleição sub judice, não chegou a tomar posse no município, por causa de uma situação inusitada na cidade: a eleição de dois vereadores como presidentes da Câmara Municipal. Tratam-se dos parlamentares César Brito (PPS) e Edivan Brandão (PSC). O caso está sob a análise da Justiça.

Como a posse ao prefeito somente pode ser dada pelo presidente do



Roberto Costa protocolou pedido na Procuradoria-Geral de Justiça

Legislativo, Vieira segue sem poder comandar a máquina pública.

Foi exatamente essa situação de instabilidade que levou Roberto Costa a buscar a intervenção do Ministério Público.

"Por conta dessa indefinição político-administrativa no município de Bacabal, nós temos uma preocupação em relação à população. Hoje a cidade não tem prefeito legalmente.

Existe uma disputa na Câmara Municipal de dois grupos que fizeram uma eleição, e a cidade tem dois presidentes da Câmara. A Justiça ainda não tomou uma decisão em relação à validação da eleição do Legislativo, o que agrava o sofrimento da população. Mas, em contrapartida, a Justiça Federal reconheceu que o verdadeiro presidente do Legislativo é o vereador Edivan Brandão, que res-

palidado pelo regimento interno, encaminhou o pedido à Justiça informando a situação, e mediante a lei, acatou e decidiu que não permitiria que as contas do município fossem mexidas pelo 'prefeito' que não foi reconhecido oficialmente pela Câmara", disse.

Servidor

Roberto Costa que uma intervenção do MP garantiria o pagamento do salário dos funcionários públicos do município.

"Vivemos uma situação de instabilidade, e de muitas dificuldades, e quem acaba sendo penalizado com tudo isso é a população de Bacabal. Por essa razão, eu estou aqui pedindo ao procurador-geral, Luiz Gonzaga, uma intervenção do Ministério Público, no sentido de garantir que os serviços básicos e essenciais do município, como, por exemplo, o pagamento dos funcionários públicos, sejam efetuados. E que não sejam suspensos por conta desse imbróglio político existente em Bacabal", completou.

O procurador assegurou, segundo Costa, medidas para garantir o pagamento dos salários dos servidores.

“É inadmissível que essa situação continue indefinida.

A Justiça estadual precisa tomar uma decisão imediata em relação à eleição da Câmara Municipal de Bacabal”

ROBERTO COSTA,
deputado estadual pelo PMDB

Justiça impediu Zé Vieira de ter acesso a contas

Na semana passada, o juiz federal Clécio Alves de Araújo, da subseção da Justiça Federal em Bacabal, negou ao prefeito eleito de Bacabal, Zé Vieira (PP), acesso às contas da Prefeitura.

A decisão do magistrado foi contrária ao pedido formulado pelo município, por meio da Procuradoria, que tentava fazer com que a Justiça obrigasse a Caixa Econômica Federal a cadastrar Vieira e permitir a ele a movimentação de recursos.

No pedido, Zé Vieira apresentou

à Justiça Federal uma cópia do ato de posse assinado pelo vereador César Brito (PPS), considerado por aliados como presidente da Câmara Municipal. O documento, contudo, foi desconsiderado pela Justiça Federal, uma vez que a discussão pelo comando do Legislativo também está no âmbito do Poder Judiciário. Isso porque, além de Brito, o vereador Edivan Brandão (PSC) foi também eleito presidente da Casa, num imbróglio que ganhou repercussão em

tudo o estado.

Ao analisar o pedido, o juiz Clécio Alves de Araújo avaliou a "posse" de Zé Vieira como questionável, uma vez que há um impasse em relação à eleição da Mesa Diretora de Bacabal.

"É de conhecimento público o impasse existente quanto à eleição dos dirigentes do Parlamento Municipal, situação que impossibilita à população e às instituições, em geral, saber quem de fato está exercendo a presidência e os demais cargos existentes na estrutura interna daquela Casa", disse.

Bacabal segue sem prefeito e sem presidente da Câmara Municipal. ●

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	() Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	() Cidades / Vida () Geral () Polícia
() O Imparcial	() A tarde		
() Pequeno	() Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros	<i>Estado Maior</i>
() Debate	() O quarto poder		
() Extra	() Internet / Blog		
DATA <i>20/01/2017</i>	Página <i>03</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada	() Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva () Negativa

Ação

A Promotoria de Justiça de Cedral ingressou ontem com Ação Civil Pública por improbidade contra Rosa Ivone Braga Fonseca, ex-prefeita de Porto Rico do Maranhão.

Isiel Galdez Carneiro, presidente da Comissão de Licitação do Município, e Ildecy de Maria Furtado Fonseca, sócia da empresa FCT Informática LTDA. ME, também figuram no processo.

A ação foi motivada por irregularidade na contratação da empresa para manutenção de impressoras. A FCT Informática foi a única participante do certame, contratada por R\$ 80,5 mil.



MINISTÉRIO PÚBLICO
MARANHÃO
Promotoria de Justiça
PROMOTORIA
DE JUSTIÇA

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia	
		<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado Maior</i>	
DATA <i>20 / 01 / 2017</i>	Página <i>03</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada () Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva () Negativa	

Sem festa

O Ministério Público emitiu ontem documento proibindo a realização de festas de pré-carnaval nas ruas de bairros de São Luís.

A decisão - apoiada por PM, Bombeiros, Blitz Urbana e Secretaria de Meio Ambiente - é que a folia ocorra apenas no Centro Histórico, na Madre Deus e Aterro do Bacanga. E de graça.

Festas pagas apenas em locais privados e com horário de início e término: das 16h às 22h. É uma reação às reclamações de moradores sobre poluição sonora e ambiental.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia
DATA 20 / 01 / 2017		<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado Maior</i>
Página 03		() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Convênio

Dos 217 municípios maranhenses, apenas 34 estão aptos, neste momento, para celebrar convênios com o Governo do Maranhão.

A informação é do Tribunal de Contas do Estado (TCE) do Maranhão e repercutiu ontem, na internet.

Os municípios "não aptos" a convênios apresentam irregularidades relacionadas ao Portal da Transparência e à LRF.

Sem transparência

Ainda sobre o tema, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) do Maranhão também apresentou dados sobre a transparência das Câmaras Municipais.

Segundo a Corte de Contas, apenas duas, Balsas e Magalhães de Almeida, cumprem rigorosamente o que determina a Lei da Transparência.

Todas as demais - são 215 - estão fora da lei. Inclusive a Câmara Municipal de São Luís.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	20/01/2017	Página	03

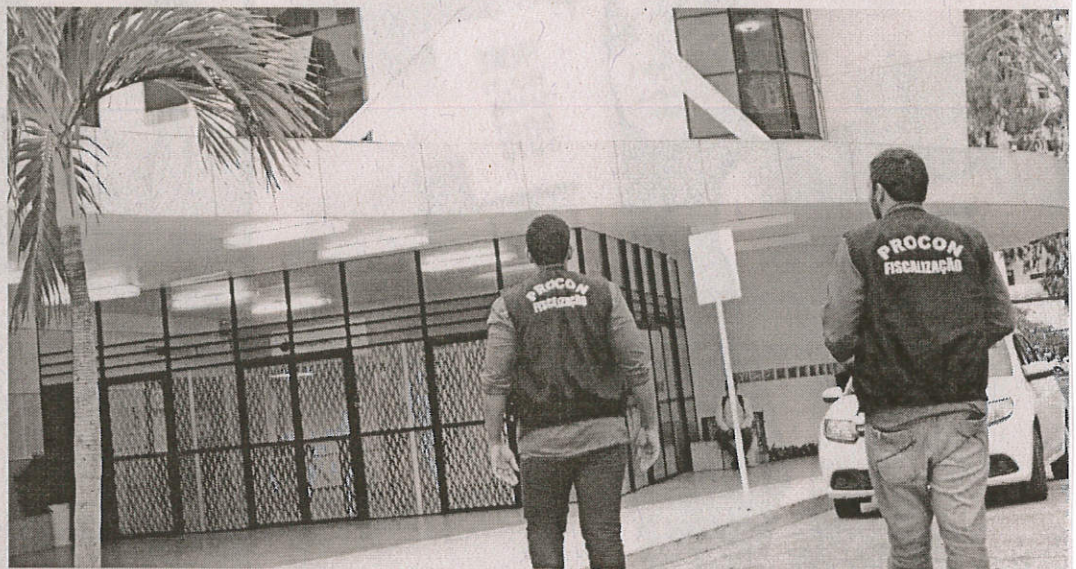
Procon-MA notifica 25 escolas de São Luís sobre fardamento escolar

As escolas têm o prazo de cinco dias para apresentar os documentos solicitados

Depois das festas de fim de ano, começa a preocupação dos pais com o início do período letivo e com a compra do uniforme escolar. O item faz parte das preocupações da Portaria nº 52/2015, do Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor do Maranhão (Procon/MA), que proíbe que as instituições de ensino particular exijam a compra do uniforme exclusivamente no estabelecimento de ensino ou em fornecedores contratados pela escola, exceto nos casos de marca registrada.

Publicada em 21 de outubro de 2015, a portaria tem o objetivo de facilitar a relação entre escolas particulares do Maranhão e os pais, para que nenhum dos lados seja prejudicado. Este ano, o Procon solicitou de 25 instituições de ensino, juntamente com a planilha de custos, a disponibilização da ficha técnica do uniforme, com a composição do tecido, tonalidade, modelo, logomarca, para que não haja diferenciações no padrão e os pais possam escolher a malharia de sua preferência para confecção.

Entre as instituições estão as escolas Reino Infantil, Crescimento, Dom Bosco, Batista Daniel de La Touche, Adventista,



Fiscais do Procon notificam escolas particulares sobre as regras para venda de fardamento escolar

Master, Santa Tereza, Educator, Educator Educação Infantil, Centro de Ensino Upaon – Açú, Colégio Bom Pastor, Literato, Marista do Araçagi, Universidade Infantil Rivanda Berenice, CEI COC, Colégio Educallis, Escola São Vicente de Paulo, Instituto Divina Pastora, Escola Dom Quixote, Colégio Pitágoras, Centro Educacional Irineu Fontoura, Escola Caminho Feliz, Escola Turma do Saber, Portal

do Saber.

A portaria determina, ainda, que o modelo não seja modificado antes de transcorridos cinco anos de sua adoção, evitando, assim, o gasto repetitivo com novos modelos de uniforme, conforme Lei nº 8.907/94.

As malharias interessadas em produzir e comercializar os fardamentos precisam realizar um cadastro prévio com as escolas, que deverão disponibi-

lizar ficha técnica com a composição do tecido, tonalidade, modelo e logomarca, para que não haja diferenciações. Em caso de descumprimento do padrão, a instituição de ensino pode descredenciar a malharia. Somente as escolas que tem marca devidamente registrada (nome ou logotipo), podem estabelecer que a compra do uniforme seja feita na própria escola ou em estabelecimentos por ela definidos.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Mora Extra</i>
DATA <i>20</i> / 01 / 2017	Página <i>05</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Procon notifica 25 escolas de São Luís sobre fardamento escolar

Depois das festas de fim de ano, começa a preocupação dos pais com o início do período letivo e com a compra do uniforme escolar. O item faz parte das preocupações da Portaria nº 52/2015, do Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor do Maranhão (Procon/MA), que proíbe que as instituições de ensino particular exijam a compra do uniforme exclusivamente no estabelecimento de ensino ou em fornecedores contratados pela escola, exceto nos casos de marca registrada.

Publicada em 21 de outubro de 2015, a portaria tem o objetivo de facilitar a relação entre escolas particulares do Maranhão e os pais, para que nenhum dos lados seja prejudicado. Este ano, o Procon solicitou de 25 instituições de ensino, juntamente com a planilha de custos, a disponibilização da ficha técnica do uniforme, com a composição do tecido, tonalidade, modelo, logomarca, para que não haja diferenciações no padrão e os pais possam escolher a malharia de sua preferência para confecção.

Entre as instituições estão as escolas Reino Infantil, Crescimento, Dom Bosco, Batista Daniel de La Touche, Adventista, Master, Santa Tereza, Educator, Educator Educação Infantil, Centro de Ensino Upaon - Açú, Colégio Bom Pastor, Literato, Marista do Araçagi, Universidade Infantil Rivanda Berenice, CEI COC, Colégio Educallis, Escola

São Vicente de Paulo, Instituto Divina Pastora, Escola Dom Quixote, Colégio Pitágoras, Centro Educacional Irineu Fontoura, Escola Caminho Feliz, Escola Turma do Saber, Portal do Saber.

A portaria determina, ainda, que o modelo não seja modificado antes de transcorridos cinco anos de sua adoção, evitando, assim, o gasto repetitivo com novos modelos de uniforme, conforme Lei nº 8.907/94.

As malharias interessadas em produzir e comercializar os fardamentos precisam realizar um cadastro prévio com as escolas, que deverão disponibilizar ficha técnica com a composição do tecido, tonalidade, modelo e logomarca, para que não haja diferenciações.

Em caso de descumprimento do padrão, a instituição de ensino pode descredenciar a malharia. Somente as escolas que tem marca devidamente registrada (nome ou logotipo), podem estabelecer que a compra do uniforme seja feita na própria escola ou em estabelecimentos por ela definidos.

As escolas notificadas têm o prazo de cinco dias, após o recebimento da notificação, para apresentar as informações e documentos solicitados, sob pena de crime de desobediência e infrações às normas consumeristas. A Portaria nº 52/2015 pode ser conferida no site www.procon.ma.gov.br.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 20 / 01 / 2017	Página 02	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

IRREGULARIDADES

Procon notifica 25 escolas de São Luís sobre fardamento escolar

Depois das festas de fim de ano, começa a preocupação dos pais com o início do período letivo e com a compra do uniforme escolar. O item faz parte das preocupações da Portaria nº 52/2015, do Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor do Maranhão (Procon/MA), que proíbe que as instituições de ensino particular exijam a compra do uniforme exclusivamente no estabelecimento de ensino ou em fornecedores contratados pela escola, exceto nos casos de marca registrada.

Publicada em 21 de outubro de 2015, a portaria tem o objetivo de facilitar a relação entre escolas particulares do Maranhão e os pais, para que nenhum dos lados seja prejudicado. Este ano, o Procon solicitou de 25 instituições de ensino, juntamente com a planilha de custos, a disponibilização da ficha técnica do uniforme, com a composição do tecido, tonalidade, modelo, logomarca, para que não haja diferenciações no padrão e os pais possam escolher a malharia de sua preferência para confecção.

Entre as instituições estão as escolas Reino Infantil, Crescimento, Dom Bosco, Batista Daniel de La Touche, Adventista, Master, Santa Tereza, Educator, Educator Educação Infantil, Centro



Fiscais do Procon notificam escolas particulares sobre as regras para venda de fardamento escolar

de Ensino Upaon – Açú, Colégio Bom Pastor, Literato, Marista do Araçagi, Universidade Infantil Rivan-da Berenice, CEI COC, Colégio Educallis, Escola São Vicente de Paulo, Instituto Divina Pastora, Escola Dom Quixote, Colégio Pitágoras, Centro Educacional Irineu Fontoura, Escola Caminho Feliz, Escola Turma do Saber, Portal do Saber.

A portaria determina, ainda, que o modelo não seja modificado antes de transcorridos cinco anos de sua adoção, evitando, assim, o gasto repetitivo com novos modelos de uniforme, conforme Lei nº 8.907/94.

Segundo o presidente do Procon, Duarte Júnior, a prática de monopólio, que obriga os pais a adquirirem o unifor-

me em apenas um local, é considerada abusiva e fere os direitos do consumidor. "Um dos problemas do monopólio na comercialização dos fardamentos é que os pais e responsáveis desembolsam quase o dobro do valor que seria pago se houvesse livre concorrência".

As malharias interessadas em produzir e comercializar os fardamentos precisam realizar um cadastro prévio com as escolas, que deverão disponibilizar ficha técnica com a composição do tecido, tonalidade, modelo e logomarca, para que não haja diferenciações. Em caso de descumprimento do padrão, a instituição de ensino pode descredenciar a malharia. Somente as escolas que tem marca de-

vidamente registrada (nome ou logotipo), podem estabelecer que a compra do uniforme seja feita na própria escola ou em estabelecimentos por ela definidos.

"A portaria facilita a relação entre as partes, que deve ser construída para que os pais não se sintam lesados e para que as escolas não tenham problemas que comprometam o processo educacional", destacou Duarte Júnior. As escolas notificadas têm o prazo de cinco dias, após o recebimento da notificação, para apresentar as informações e documentos solicitados, sob pena de crime de desobediência e infrações às normas consumeristas. A Portaria nº 52/2015 pode ser conferida no site www.procon.ma.gov.br.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida
() O Imparcial	() A tarde	() Geral	() Polícia
() Pequeno	() Correio de Notícias	() Outros	
() Debate	() O quarto poder		
() Extra	() Internet / Blog		
DATA 20/01/2017	Página 02	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa	

Vigilância Sanitária fiscaliza para coibir venda de Noz da Índia

Produto não tem regulamentação na Anvisa e, por isso, não deveria estar sendo comercializado

Após a morte de uma funcionária pública depois de utilizar por dois meses o produto Noz da Índia para o emagrecimento, a Superintendência Estadual de Vigilância Sanitária (Suvisa) iniciou uma operação em estabelecimentos de São Luís para coibir a venda do produto. O emagrecedor não tem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e, por essa razão, não deveria estar sendo comercializado, uma vez que a sua eficácia no emagrecimento não foi comprovada cientificamente.

Ontem, os fiscais da vigilância estiveram em uma loja de produtos naturais localizada na Avenida Daniel de La Touche, na Cohama, para verificar se a noz-da-índia estava sendo comercializada no estabelecimento. No fim da inspeção, não foi constatada a presença do emagrecedor, mas outras irregularidades foram encontradas.

Uma delas diz respeito à venda de produtos que prometem ações terapêuticas, mas que também não têm registro na Anvisa. Um desses medicamentos, intitulado "Cura Tudo", prometia tratamentos contra gastrite, ulcera, diabetes, entre outros problemas. "Esses produtos serão recolhidos e o dono notificado para que ele apresente a sua defesa", disse Edmilson Diniz, superintendente da Vigilância Sanitária. "Também vamos entrar em contato com os fabricantes descritos nos rótulos, para saber se eles têm autorização na Anvisa para comercializar esses produtos", complementou.

Reforço

Além disso, as equipes de fiscais reforçarão, ao longo dos próximos dias, as fiscalizações em farmácias e outros estabelecimentos comerciais para coibir não apenas a venda da noz-da-índia, mas de outros produtos sem regulamentação. Na capital maranhense, as ações serão feitas em parceria com a Vigilância Sanitária Municipal e já foram mapeados alguns locais onde serão realizadas as atividades.

"Esse produto [Noz da Índia] não tem registro na Anvisa e tem sido usado como substância para emagrecer. Geralmente, ele não é recomendado por profissionais e sim vendido por

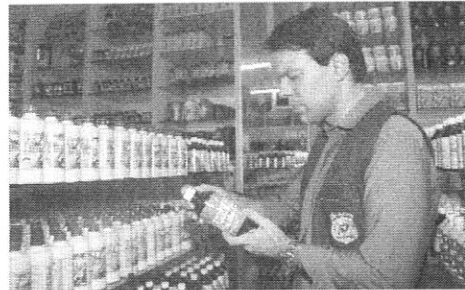
pessoas leigas em comércio não regulamentadas. Nós já lançamos uma nota determinando o recolhimento imediato do produto", disse Marcelo Rosa, que é secretário adjunto de Atenção Primária e Vigilância em Saúde da Secretaria Estadual de Saúde (SES).

Ele afirmou ainda que há vários casos em que o produto é comercializado por telefone ou internet e o fornecedor faz a entrega diretamente na casa do comprador. "Recomendamos à população que não utilize, pois, se não tiver quem compre, não há quem venda", destacou.

Ela pontuou ainda que já foram recebidas diversas outras reclamações junto à ouvidoria do SUS e da Vigilância Sanitária de pessoas que ingeriam a noz-da-índia e, pouco tempo depois, apresentaram problemas de saúde.

Morte

A funcionária pública Rachel Cristina Ferreira Araújo faleceu na noite de quinta-feira, dia 12. Os exames teriam apontado altos índices de comprometimento no pâncreas e no fígado de Rachel. A causa da morte no atestado de óbito foi choque hipovolê-



Fiscal da Vigilância Sanitária verifica produto Cura Tudo em loja

mico, hemorragia digestiva, infarto mesentérico, hipertensão arterial, esteatose hepática e congestão passiva do fígado.

A família soube que Rachel utilizava semente noz-da-índia, às vésperas da morte, quando ela já estava internada na área vermelha, para pacientes graves da UPA. Na ocasião, a cunhada teria ouvido de funcionários da UPA que outras pessoas já haviam sido internadas ali por causa do uso da semente. ●

SAIBA MAIS

A operação desenvolvida pela Vigilância Sanitária Municipal já visitou 50 estabelecimentos e autuou os quatro locais onde a noz-da-índia foi encontrada. O produto foi apreendido pelos fiscais e locais autuados têm 15 dias para apresentar defesa.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 20/01/2017	Página 07	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Comércio de noz da Índia será fiscalizado

A Secretaria Municipal de Saúde (Semus) está realizando ações de vigilância em farmácias e lojas de produtos naturais para verificar a comercialização do produto noz da Índia. O trabalho é para coibir a venda de produtos que possam trazer riscos à saúde da população, tendo em vista recentes relatos de pessoas acometidas de doenças em decorrência do consumo da semente, além da notificação de um óbito sob suspeita de utilização da noz. A Superintendência de Vigilância Sanitária do Maranhão (Suvisa) suspendeu, na última quarta-feira (18), a comercialização do produto.

A operação da Vigilância Sanitária já visitou 50 estabelecimentos e autuou os quatro locais onde a noz da Índia foi encontrada. O produto foi apreendido pelos fiscais. A noz da Índia apresenta elevado risco de intoxicação, pois a ingestão de apenas uma semente da planta pode resul-



tar em quadro grave ou severo, com náuseas, vômitos, cólicas abdominais intensas, diarreia e sede intensas, secura nas mucosas, letargia e desorientação. Pode ainda ocorrer desidratação acentuada, dilatação das pupilas, aceleração dos batimentos cardíacos (taquicardia), alteração na

frequência respiração (dispnéia) e aumento da temperatura corporal (hipertemia).

A secretária municipal de Saúde, Helena Duailibe, explica que os usuários desse produto estão correndo riscos e devem suspender o uso imediatamente. "A noz da Índia não tem registro no Ministé-

rio da Saúde e sua eficácia não tem comprovação, podendo até ser tóxica ao organismo. Fazer uso dela é colocar a saúde em risco", declarou.

Fiscalização

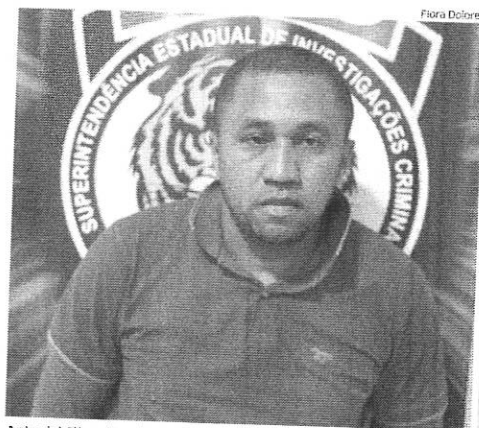
De acordo com a coordenadora do órgão, Zilmar Rodrigues, foram encontradas poucas unidades da noz da Índia nos estabelecimentos já fiscalizados. Muitos locais já haviam recolhido o produto das prateleiras. "Fizemos algumas apreensões e lavramos autos de infração. Também orientamos quanto às sanções legais para quem comercializa, que podem ser perda de alvará de funcionamento, multa e prisão, dependendo da gravidade da infração", explicou. O estabelecimento que for autuado pela Vigilância tem 15 dias para apresentar defesa, de acordo com a Lei Federal 6437/1977 - que versa sobre infrações sanitárias.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política	() Cidades / Vida () Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
() O Imparcial	() A tarde		
() Pequeno	() Correio de Notícias		
() Debate	() O quarto poder	() Outros	
() Extra	() Internet / Blog		
DATA 20/01/2017	Página 04	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa	



Flora Dolores

Antoniél Silva dava informações sobre os bancos a serem assaltados

Assaltante de banco é preso no interior

Acusado, que morava em Governador Archer, era funcionário da Prefeitura de Gonçalves Dias

O funcionário da Prefeitura de Gonçalves Dias, identificado como Antoniel Silva Lima, o *Cara de Babuína*, de 37 anos, foi preso ontem em sua residência, na cidade de Governador Archer, acusado de roubo a banco. Segundo a polícia, ele faz parte de uma organização criminosa suspeita de ter realizado sete explosões bancárias no Maranhão e ainda ao ataque de um carro-forte, no dia 1º de novembro do ano passado, na cidade de Coelho Neto, com o roubo de mais R\$ 1 milhão.

O superintendente de Investigações Criminais (Seic), delegado Thiago Bardal, informou que a equipe do Departamento de Combate a Roubo a Instituições Financeiras (Derif) estava monitorando esses quadrilheiros há seis meses. No dia 23 de outubro do ano passado, foi preso um dos integrantes do bando, Raimundo Berlamino da Silva, no interior do estado.

A polícia, após essa prisão, conseguiu identificar o restante da organização criminosa, e no dia 24 do mês passado os policiais do Maranhão e do Piauí tiveram um confronto com esses bandidos em um sítio, na cidade de José de Freitas, no Piauí. Thiago Bardal disse que

esse local servia de base para o bando e durante o cerco policial dois criminosos morreram e três foram presos. Também foram apreendidas várias armas utilizadas pelos quadrilheiros.

Somente ontem os policiais conseguiram prender Antoniel Lima, em cumprimento de ordem judicial. Bardal afirmou que esse detido trabalhava há três anos como motorista da Secretaria Municipal de Educação de Gonçalves Dias, mas também pertencia a essa organização criminosa e chegou a faturar mais de R\$ 80 mil participando dos assaltos.

Ações criminosas

Foram sete bancos atacados por esses quadrilheiros durante o ano passado e um dos primeiros foi o Bradesco de Gonçalves Dias, no dia 14 de janeiro. As outras ações foram o Banco do Brasil de Timbiras, dia 27 de agosto; Banco do Brasil de São Domingos, 8 de junho; Banco do Brasil de São Mateus, 8 de julho; Banco do Brasil de Gonçalves Dias, 27 de julho; Banco do Brasil de Coelho Neto, 13 de agosto, e o Banco do Brasil de Eugênio Barros, no dia 22 de outubro. ●

Homem é preso por estupro de menores

Acusado usava rituais religiosos para atrair as vítimas, dizendo que elas seriam purificadas

O segurança de eventos, José Francisco Sampaio Pessoa, de 35 anos, foi levado ontem para a unidade prisional em Codó acusado de utilizar

rituais religiosos para estuprar menores na cidade. Ainda segundo a polícia, quatro menores, com idade entre 15 e 17 anos, teriam sido viti-

mas do criminoso.

O delegado regional de Codó, Zilmar Santana, informou que a polícia ficou sabendo do caso por meio de denúncias feitas pelas mães das vítimas. O caso está sendo investigado pela Delegacia da Mulher, sob a coordenação da delegada Maria Tecla.

As mães das menores declararam à polícia que Sampaio teria dito para as adolescentes que deveriam ser purificadas, mas seria feito por meio de relação sexual, como ainda

afirmou que isso era uma ordem dada pelo seu "encantado".

A polícia, ainda durante esta semana, chegou a ouvir as menores na delegacia e pediu a prisão do acusado ao Poder Judiciário. Na última quarta-feira, os policiais deram cumprimento ao mandado de prisão e encontraram uma arma de fogo em poder do acusado. ●

Integra em oestadoma.com/422026



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	20/01/2017	Página	08
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Polícia prende perigoso assaltante de bancos

Agentes da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (SEIC), em cumprimento a mandado de prisão, prenderam na manhã de ontem, no município de Governador Archer (MA), o assaltante de banco Antôniet Silva Lima, o "Cara de Babuíno". Ele é acusado de participação direta nos assaltos praticados contra a agência do Banco do Brasil, na cidade de Timbira, no dia 27 de Agosto de 2015; contra a agência do Bradesco, no município de São Domingos, no dia 8 de Junho de



2016; à agência do Banco do Brasil, no município de Gonçalves Dias, no dia 22 de julho daquele mesmo ano; à agência do BB do município de Coelho Neto, no dia 13 de agosto de 2016; à agência do Banco do Brasil no município de Governador Eugênio Barros, no dia 22 de outubro do mesmo ano; e um carro-forte da empresa Prosegur, no dia 1º de novembro de 2016, no município de Coelho Neto (MA). No total, "Cara de Babuíno" participou de oito assaltos a bancos no Estado do Maranhão.

Dupla é perseguida e presa com pistola



Uma equipe de motopatrulhamento GTTUR/CP-TUR, da Polícia Militar do Maranhão, durante ronda pelo Bairro São Francisco, deparou-se com dois homens em um veículo Gol, placa HIX-3084 (MA), que, ao avistarem os policiais, empreenderam fuga. A partir daí, foi iniciada uma perseguição aos suspeitos, a quem foi dada

ordem de parada.

Na revista veicular, os policiais militares encontraram uma pistola calibre 7,65, com 12 munições intactas. Depois de receber voz de prisão, Leonardo Moraes Pinto e Anderson Jaime Trindade (fotos) foram apresentados no Plantão Central para tomada das providências legais.





MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 20 / 01 / 2017	Página 07	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Polícia recaptura foragido e prende acusado de negociar soltura de presos em Timon

Policiais civis, por meio do 3º Distrito de Timon, recapturaram, na quarta-feira (18), no bairro Cidade Nova, Francisco de Assis Souza Nascimento, que havia fugido no dia 12 de outubro de 2016. Ele é acusado da prática de vários roubos na cidade. O delegado Michel Sampaio informou que o fugitivo e outros dois presos

serraram as grades da cela e renderam um policial civil que levava alimentação para eles. Depois, tomaram a pistola e veículo do agente e fugiram. Os três foram localizados, por meio de investigações realizadas pelo 3º Distrito de Timon, com apoio das Delegacias de Entorpecentes, de Homicídios, da Mulher e do 4º DP.

Também em Timon, policiais do 3º Distrito, em ação conjunta com promotores de Justiça, prenderam Francisco Vieira de Freitas, acusado de negociar a liberdade de presos com parentes de apenados mediante pagamentos. O delegado Michel Sampaio disse que as investigações continuam.

Menor é flagrado pela 4ª vez em posse de moto furtada

Durante abordagens realizadas na zona leste de Picos (PI) na noite desta quarta-feira, 18, a Polícia Militar abordou dois indivíduos com as mesmas características da dupla que realizou um assalto no bairro Pedrinhas.

Durante a abordagem os policiais identificaram que os mesmos eram menores, com eles foi encontrados um simulacro de pistola e uma moto que era produto de furto.

Após as constatações, a dupla foi conduzida à Central de Flagrantes para que os procedimentos cabíveis fossem tomados. "Essa é a quarta moto roubada pega com esse menor. E olha que fazem menos de 15 dias que ele saiu do complexo", disse o comandante do 4º BPM, tenente-coronel Edwaldo Viana.

Operação policial prende duas pessoas por porte ilegal de arma no São Chico

Na noite de quarta (18), por volta das 21h uma equipe de moto patrulhamento da polícia, que realizava rondas pelo bairro do São Francisco na capital, quando dois suspeitos que estavam em um veículo Gol de placa HIX3084 ao avistarem a polícia en-

traram em fuga. Iniciaram a perseguição dos suspeitos, a polícia tentou abordá-los mais a tentativa foi frustrada, continuaram a perseguição e conseguiram abordar os indivíduos, realizaram revistas e ao revistar o veículo encontraram uma pistola de calibre 765

com 12 munições com a numeração: J33561, os dois foram apresentados no plantão central e identificados Leonardo Morais Pinto 24 anos e Anderson Jaime Trindade Mendonça de 30 anos os dois foram presos em flagrante por porte ilegal de arma de fogo.

Polícia apreende armas, munições e recupera moto em Caxias

A Polícia Civil, através da Delegacia da Mulher e Delegacia Regional de Caxias, cumpriu mandado de busca na residência de Ney Frank Oliveira dos Reis, apreendendo um revólver calibre 38, um rifle modelo Puma calibre 38, uma espingarda calibre 32 e munições.

De acordo com o delegado regional Jair Paiva, Ney Frank foi autuado em flagrante no 3º DP pela posse de armas de fogo e munições.

O mandado foi solicitado pela delegada Marília Vascelos em inquérito que apura ameaças a ex-companheira de Ney Frank.

MOTO RECUPERADA - A Polícia Civil, através da Delegacia Regional e 3º DP, recuperou uma motocicleta furtada na quarta-feira (18) no centro de Caxias. Segundo informações da polícia, o veículo foi localizado em uma casa na Cohab. O autor do furto também foi identificado.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA	20 / 01 / 2017	Página	07
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Ex-padre é preso pelo crime de estelionato

A Polícia Civil, através da Delegacia Regional de Caxias-MA, efetuou no dia de ontem a prisão do ex-padre Antonio Valberto Pereira da Silva, 70 anos, conhecido por Padre Valberto, em cumprimento a três mandados de prisões expedidos pelas comarcas

de Colinas-MA, Cruzeiro do Sul-Ac e 1ª da Vara Federal de Marabá-PA, todos pelo crime de estelionato.

A prisão do mesmo foi realizada num sítio na zona rural de Caxias, após levantamentos e troca de informações com a Polícia Civil do Piauí.

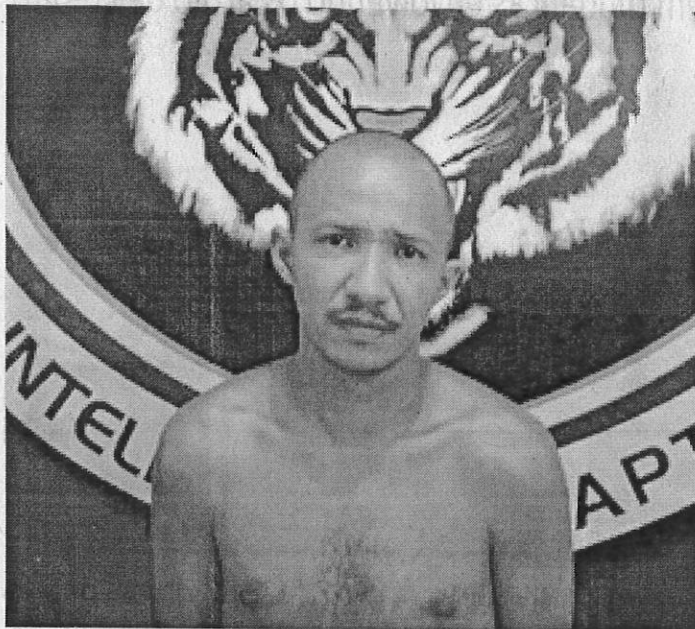


MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 20 / 01 / 2017	Página 07	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

• Homicídio



Cleidiano Duarte Vieira, apelidado de 'Mensageiro', foi preso ontem (19) por agentes da Divisão de Inteligência e Captura (Dicap) no bairro Conjunto Cidadão, zona Oeste de Boa Vista. Ele era foragido da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo de onde escapou no dia 7 de junho de 2016. Segundo a Dicap, 'Mensageiro' é membro de uma facção criminosa que atua dentro e fora das unidades prisionais de Roraima. Ele conseguiu fugir da penitenciária pulando o muro do presídio usando escadas artesanais junto com outros 35 presos. A unidade de captura informou que iniciou investigação para localizar Vieira. Após constatar o local em que estava o fugitivo, os agentes o cercaram em uma rua do bairro onde se escondia.

• Prisão

Dois primos foram presos na quarta-feira (18) suspeitos de assassinar um desafeto e jogar o corpo em um canal no Bairro Conjunto Ceará, em Fortaleza. Segundo investigações da Polícia Civil, Antonio Roniê de Abreu, 24 anos, foi morto após ter sido chamado para beber na casa de um dos criminosos. O corpo da vítima foi encontrado em um canal da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), com lesões no pescoço e nas costas. A Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) e a Perícia Forense do Ceará (Pefoce) estiveram no local e realizaram os primeiros levantamentos sobre a morte. O corpo foi retirado do local por uma equipe do Corpo de Bombeiros. Um inquérito policial sobre o caso foi instaurado na DHPP e encaminhado para o 12º Distrito Policial, que continuou as investigações e chegou aos suspeitos, de 20 e 22 anos. Um dos presos é um estudante universitário que passava férias na capital. Em depoimento, um dos homens assumiu a autoria dos golpes de faca e disse que seu primo segurou a vítima. Na casa onde Antonio Roniê foi morto os policiais encontraram a faca utilizada no crime.

• Divinópolis

A Delegacia de Polícia Civil em Divinópolis apresentou, na tarde de ontem (19), dois jovens de 20 anos e um adolescente de 16 anos que são suspeitos de envolvimento em cerca de dez crimes, que envolvem roubos a estabelecimentos comerciais e motoristas na cidade. O trio foi detido durante a manhã, em um sítio. Eles teriam se escondido no local depois de praticarem um crime na noite de quarta-feira (18). O delegado Renato Alves da Fonseca, responsável pela apuração de furtos e roubos, informou ao G1 que os suspeitos foram perseguidos por policiais militares na noite anterior, mas conseguiram fugir por um matagal. Os investigadores tinham informações sobre um sítio que poderia ser usado pelos criminosos como esconderijo. Durante a manhã, os investigadores foram ao sítio e prenderam os jovens e apreenderam o adolescente em flagrante. "Nós temos provas contundentes, que ligam eles a ao menos três crimes e existem outros que ainda estão sendo apurados", disse o delegado.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	20 / 01 / 2017	Página	08
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Quatro mortes por arma de fogo na grande São Luís

Quatro mortes por arma de fogo foram registradas nas últimas horas, em São Luís e na Região Metropolitana. O último caso aconteceu ontem (19).

Equipe do Instituto Médico Legal (IML) saíram, nesta manhã, para buscar um corpo no Hospital Djalma Marques (Socorrão I). Outras três mortes violentas foram registradas ontem.

As vítimas foram Vagner da Conceição Costa, de 32 anos, assassinado a tiros na Invasão Nova Vida; Marcos Fabiano Araújo da Silva, de 31, baleado e morto na Vila Operária; e uma pessoa não identificada, vítima de arma de fogo no Residencial Olímpico.